

ATA NÚMERO 88/XII/2ª SL

24.outubro.2012 – 10h30

Aos 24 dias do mês de outubro de 2012, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Apreciação Parlamentar n.º 23/XII/1ª (PCP) – Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de Junho que “Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados

- Discussão em Comissão com a presença do Senhor Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar

5. Proposta de Lei n.º 100/XII/2ª (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013.

- Apreciação e votação do parecer
- Deputado autor do parecer: João Prata - PSD

6. Proposta de Lei n.º 103/XII/2ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2013

- Apreciação e votação do parecer
- Deputado autor do parecer: Pedro Delgado Alves - PS

7. Projeto de Lei n.º 267/XII/1ª (PCP) - Estabelece um regime de suficiência do formato digital para e entrega de trabalhos, teses e dissertações.

- Apreciação e votação do parecer
- Deputada autora do parecer: Elza Pais – PS

8. Petição n.º 176/XII/2ª - Pretende que a disciplina de psicologia seja lecionada por psicólogos

- Apreciação da nota de admissibilidade
- Deputado (a) Relator (a): CDS-PP

9. Plano de Atividades do GT/Parlamento dos Jovens

- Apresentação e votação

10. Plano de Atividades do GT/Currículos do Ensino Básico e Secundário

- Apresentação e votação

11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição da Confederação Nacional das Associações de Pais e da Confederação Independente de Pais e Encarregados de Educação, sobre o arranque do ano letivo 2012/2013

- **Análise e votação**

12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição dos diretores dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária-TEIP, para prestarem esclarecimentos respeitante à contratação de professores

- **Análise e votação**

13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audições urgentes do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães e do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional

- **Análise e votação**

14. Petição n.º 184/XII/2.ª da iniciativa do Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física e da Sociedade Portuguesa de Educação Física- Em defesa da Educação Física - Não há Educação sem Educação Física

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado(a) Relator(a): PSD**

15. Outros assuntos

16. Data da próxima reunião

Dia 24.outubro.2012 – 18h00- Biblioteca - Café de Ciência
Dia 06.novembro. 2012 - 15h00

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões de 16 e 17 de outubro foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente recordou a realização, naquele mesmo dia, às 18h00, do Café de Ciência, cujo tema em debate será “Investigação fundamental e investigação aplicada: Contributos do bóson de Higgs”, e que contará com a presença da Sra. Secretária de Estado da Ciência.

3.2. Em relação à Apreciação Parlamentar n.º 37/XII/2.ª (PS) – *Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 agosto, que altera o Estatuto do Bolseiro de Investigação*, o Sr. Presidente comunicou que baixaram à Comissão as propostas de alteração do PS, para apreciação na especialidade,

tendo sido deliberado solicitar parecer às entidades do setor (CRUP, CCISP, ABIC), que terão duas semanas para se pronunciarem. Terminado este prazo, os Grupos Parlamentares terão uma semana para a apresentação de propostas de alteração.

- 3.3.** O Sr. Presidente informou que baixou à Comissão, com conexão à COFAP, o Projeto de Lei n.º 305/XII/2.ª (PCP) - *Garante a contratação por tempo indeterminado dos trabalhadores não docentes nas escolas públicas*. Entretanto, a COFAP solicitou a reponderação do despacho, no sentido de a iniciativa lhe ser distribuída, tendo o gabinete da Sra. Presidente da Assembleia da República procedido à redistribuição naqueles termos, com conexão com a 8.ª Comissão. Assim, o parecer/contributo, a elaborar pelo PSD, será apreciado na reunião da Comissão de 6 de novembro.
- 3.4.** O Sr. Presidente transmitiu que baixou à Comissão o Projeto de Resolução 487/XII (BE) - *Recomenda a urgente abertura dos concursos para financiamento ao cinema e audiovisual do ICA*. Na ausência do BE, foi decidido questionar posteriormente a Sra. Deputada Ana Drago sobre se pretende que o Projeto de Resolução seja discutido em Comissão ou em Plenário.
- 3.5.** Em relação à audição do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, a Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) considerou inaceitável que não tenha sido ainda encontrada uma data para a audição, dada a premência da situação. O Sr. Presidente deu conta da indisponibilidade manifestada pelo Presidente da Fundação para reunir nos dias 25 e 26 de outubro, estando apenas disponível no dia 31 de outubro ou 5, 12 ou 13 de novembro. Foi deliberado propor o dia 31 de outubro, às 14h00.
- 3.6.** O Sr. Presidente comunicou que tomou conhecimento, através do Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD), de uma comunicação do Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro, dirigida ao Professor Alexandre Melo, respeitante à "lista do pessoal docente representante do pré-escolar", onde se faz referência a um parecer de juristas da Comissão de Educação da Assembleia da República. O Sr. Presidente informou não ter existido qualquer parecer jurídico desta Comissão sobre a matéria, pelo que será endereçado um pedido de esclarecimentos ao Presidente do Conselho Geral do Agrupamento.
- 3.7.** O Sr. Presidente informou que foram recebidos os pedidos de audiência abaixo, tendo sido deliberado o seguinte em relação a cada um deles:
- Assistentes e investigadores auxiliares, sobre a situação dos auxiliares da carreira de investigação científica face à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013. Foi deliberado proceder ao agendamento da audiência através do sistema do Deputado-piloto, cabendo ao PCP indicar o Deputado.
 - Professor Bruno Gomes de Oliveira, sobre o impedimento de formalizarem a candidatura no grupo de recrutamento de Espanhol, na sequência da Portaria n.º 141/2011. Foi deliberado proceder ao agendamento da audiência através do sistema do Deputado-piloto, cabendo ao PSD a indicação do Deputado.
 - Professor Vasco Ferreira, sobre a oferta escolar em escolas do interior, tendo sido deliberado que será recebido pelo Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário.
 - Vanda Félix e outros, sobre os efeitos do art.5º do Decreto-Lei nº 229/05, ponto 7 alínea b), que veio dar origem à Lei 77/09, por considerarem que criou uma injustiça, por existirem alguns professores deste grupo que só fazem os 55 anos até final de 2014. A audiência será agendada através do sistema do Deputado-pilote, cabendo ao PS indicar o nome do Deputado.

- FENPROF, sobre a Proposta de Orçamento do Estado para 2013. A audiência terá lugar no dia 6 ou 7 de novembro.
- Câmara Municipal de Loures, sobre articulação de parceria entre a Assembleia da República e a Câmara Municipal de Loures, relativamente à exposição fotográfica de Eduardo Gageiro. Este assunto está a ser acompanhado pela Sra. Deputada Gabriela Canavilhas, que informará das diligências que se preveem vir a ser tomadas, ou no âmbito da 8.ª Comissão, ou no do Grupo de Trabalho dos Assuntos Culturais da Assembleia da República, do qual faz parte.

3.8. O Sr. Presidente referiu-se aos relatórios das audiências concedidas ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, ao Movimento de Formadores do Instituto de Emprego e Formação Profissional e à Federação Portuguesa de Fitoterapia Profissional, não se tendo registado qualquer observação em relação aos mesmos.

4. Apreciação Parlamentar n.º 23/XII/1ª (PCP) – Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de Junho que “Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) procedeu à apresentação da Apreciação Parlamentar, referindo, em síntese, que o Decreto-Lei n.º 132/2012, não só não resolve os problemas que já se faziam sentir no anterior regime de concursos, como agrava os mecanismos de degradação da condição docente. Referiu-se, em particular, à questão da seriação em função da avaliação de desempenho, ao facto de o diploma tornar ainda mais difusa a caracterização de “necessidades transitórias” e ainda à banalização dos regimes de contratação por oferta de escola, com um aumento da discricionariedade e da arbitrariedade dos diretores na contratação e seleção de professores.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) apresentou uma breve síntese das alterações decorrentes do referido Decreto-Lei, considerando que as mesmas vão ao encontro das necessidades sentidas e das expectativas manifestadas pelos professores, pelo que entende que a suspensão do diploma corresponderia a um enorme retrocesso.

A Sra. Deputada Odete João (PS) afirmou que o preâmbulo do Decreto-Lei não encontra tradução no articulado, designadamente no que se refere a questões como a coerência e equidade. Fez alusão à impossibilidade de os agrupamentos dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) reconduzirem os seus professores, ao aumento da burocracia, à não disponibilização atempada do manual do concurso e à falta de apoio prestado às escolas. Considerou ainda injusto o facto de os professores serem retirados da bolsa de recrutamento a partir do momento em que são colocados para suprirem necessidades temporárias e, em relação à alteração dos critérios para oferta de escola, considerou que foi lesivo para os alunos.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) chamou a atenção para o facto de este Decreto-Lei acabar com a dispersão legislativa e permitir a colocação mais célere dos docentes. Referiu ainda que previne a arbitrariedade na seleção dos professores, pelo que disse não acompanhar as preocupações do PCP.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar considerou que o Decreto-Lei n.º 132/2012 não enferma das questões colocadas pelo PCP e pelo PS, sublinhando algumas das suas virtualidades: concentração da matéria respeitante aos concursos num único diploma, reserva de recrutamento sujeita a publicação de listas de colocação, facilitação da permuta, possibilidade de completamento de horários, regulamentação dos critérios para oferta de escola, integração no diploma da contratação das escolas portuguesas no estrangeiro, consolidação da mobilidade de recrutamento. Esclareceu ainda que o diploma permite a renovação de colocação.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) defendeu que o concurso nacional é fundamental para a transparência do processo de recrutamento e terminou, realçando que o “alçapão” que subjaz a este diploma destrói a sua aparente solidez.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar negou a existência de qualquer “alçapão”, afirmando que o que existe é a preocupação de sustentabilidade.

Por último, o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) voltou a apelar, à semelhança do que fez na reunião anterior, no sentido de uma revisão da grelha de tempos para a discussão das apreciações parlamentares em Comissão.

O Sr. Presidente reafirmou que esta questão será apreciada numa reunião da Mesa e dos Coordenadores dos Grupos Parlamentares.

A gravação da discussão encontra-se disponível no [processo da respetiva Apreciação Parlamentar](#).

5. Proposta de Lei n.º 100/XII/2.ª (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013.

O Sr. Deputado João Prata (PSD) apresentou o parecer.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS), que chamou a atenção para a sobreposição de documentos, que considerou repetitivos, e para a ausência de fixação de metas no documento das GOP, que dificulta a análise do documento.

O parecer foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

6. Proposta de Lei n.º 103/XII/2ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2013

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o parecer e fez referência à necessidade de se antecipar a entrega dos documentos setoriais para a data de entrada do OE na Assembleia da República, entendendo que permitiria melhorar a qualidade do trabalho parlamentar.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

7. Projeto de Lei n.º 267/XII/1ª (PCP) - Estabelece um regime de suficiência do formato digital para e entrega de trabalhos, teses e dissertações.

Na ausência da Sra. Deputada autora do parecer, Elza Pais (PS), o parecer foi apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

Após a intervenção do Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP), que fez uma breve resenha e um comentário sobre os contributos recebidos, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

8. Petição n.º 176/XII/2ª - Pretende que a disciplina de psicologia seja lecionada por psicólogos

Apreciada a nota de admissibilidade, foi deliberado por unanimidade dos Deputados, registando-se a ausência do BE e do PEV, admitir a petição, cabendo ao CDS-PP a indicação do relator.

9. Plano de Atividades do GT/Parlamento dos Jovens

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) apresentou o Plano de Atividades.

Após a intervenção do Sr. Deputado Acácio Pinto (PS), foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados, registando-se a ausência do BE e do PEV.

10. Plano de Atividades do GT/Currículos do Ensino Básico e Secundário

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) apresentou o Plano de Atividades.

Após a intervenção do Sr. Deputado Carlos Enes (PS), foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados, registando-se a ausência do BE e do PEV.

11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição da Confederação Nacional das Associações de Pais e da Confederação Independente de Pais e Encarregados de Educação, sobre o arranque do ano letivo 2012/2013

A Sra. Deputada Odete João (PS) apresentou o requerimento, considerando que as Confederações de Pais são parceiros fundamentais na discussão e avaliação desta matéria.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) afirmou que o PSD viabilizará a realização das audições, pese embora discorde de alguns dos considerandos do requerimento. Referiu ainda que seria importante ouvir as associações dos diretores de agrupamento sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) saudou a posição do PSD, manifestando o seu acordo em relação à audição dos diretores de agrupamento, caso seja esse o entendimento.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) considerou importante ouvir os pais no início do ano letivo e lembrou que foram também ouvidos sobre o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, tendo muitas das suas pretensões sido consideradas.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição dos diretores dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária-TEIP, para prestarem esclarecimentos respeitante à contratação de professores

A Sra. Deputada Odete João (PS) apresentou o requerimento.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) anunciou o voto favorável do PSD em relação ao requerimento, frisando que os diretores destas escolas desenvolvem um trabalho muito meritório.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audições urgentes do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães e do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, chamando a atenção para o incumprimento dos contratos, por parte da Fundação Cidade de Guimarães, entendendo que a situação é dramática e insustentável para muitos dos artistas, que não estão a ser pagos, o

que levou à criação do movimento “Eu fiz parte e não me pagam”. Assim, entende que é fundamental ouvir o Presidente do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, mas também o membro do Governo responsável pelo QREN.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) lembrou a deliberação da Comissão, daquele mesmo dia, de propor o agendamento da audição do Conselho de Administração da Fundação para o dia 31 de outubro, entendendo que depois, cada Grupo Parlamentar deverá tomar as diligências que entender.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) considerou importante ouvir o Conselho de Administração da Fundação e o Secretário de Estado da Cultura, que é quem tutela aquela área, entendendo que o enfoque deverá ser este.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou a situação insustentável e intolerável, pelo que entende que, para além de se ouvir o Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, deverão ser obtidos esclarecimentos por parte dos artistas.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) afirmou que a Comissão deverá ouvir o Conselho de Administração da Fundação e só depois deve ponderar qual o membro do Governo que deverá prestar esclarecimentos.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) reafirmou a importância de se ouvir o membro do Governo responsável pela pasta do QREN, uma vez que o Secretário de Estado da Cultura, em resposta a uma pergunta do BE, referiu tratar-se de um problema do Secretário de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

14. Petição n.º 184/XII/2.^a da iniciativa do Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física e da Sociedade Portuguesa de Educação Física - Em defesa da Educação Física - Não há Educação sem Educação Física

Apreciada a nota de admissibilidade, foi deliberado por unanimidade dos Deputados, registando-se a ausência do BE e do PEV, admitir a petição, cabendo ao PSD a indicação do relator.

15. Outros assuntos

16. Data da próxima reunião

Dia 24.outubro.2012 – 18h00- Biblioteca - Café de Ciência
Dia 06.novembro. 2012 - 15h00

A reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de outubro 2012

O PRESIDENTE



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 6 de novembro de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Michael Seufert